

*Tradução e seleção  
preparadas pelo  
Instituto Igarapé*



# Um Ponto de Inflexão para as Pessoas e o Planeta

Governança global eficaz e  
inclusiva para o presente e o futuro

Relatório do Conselho Consultivo de Alto Nível  
sobre Multilateralismo Eficaz

# Índice

Sumário executivo .....	1
 Mudança 01 .....	2
 Mudança 02 .....	2
 Mudança 03 .....	3
 Mudança 04 .....	3
 Mudança 05 .....	4
 Mudança 06 .....	4
Seis transformações para um futuro mais seguro e sustentável .....	5
Princípios do multilateralismo eficaz .....	6
Membros do Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz .....	7

# Sumário executivo

Líderes mundiais se reuniram em 2020, no aniversário de 75 anos da Organização das Nações Unidas (ONU), para promover uma visão de fortalecimento da cooperação internacional a serviço do planeta e das pessoas e se comprometeram a perseguir esse objetivo com ambição e coragem moral renovadas. Este relatório se inspira na declaração sobre a comemoração do 75º aniversário da ONU e procura reimaginar a governança global para a geração atual e as futuras. As propostas do Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz apresentam o caminho a ser seguido para a revitalização e o posicionamento do sistema multilateral na Cúpula do Futuro e para além dela. Elas indicam que a governança global deve evoluir na direção de um sistema menos hierárquico e mais interconectado, com a distribuição da tomada de decisões e a canalização dos esforços de um grande número de atores diferentes em prol de uma missão coletiva.

A Cúpula do Futuro será uma oportunidade singular para reafirmar o multilateralismo eficaz como o único meio capaz de garantir nossa sobrevivência coletiva. Como ponto de partida, o relatório delineia **dez princípios constitutivos do multilateralismo eficaz**: centrado nas pessoas, representativo, transparente, equitativo, em rede, provido de recursos, focado na missão, flexível, responsável e orientado para o futuro. Estes princípios estão integrados em **seis mudanças transformadoras** que podem ajudar a abordar os desafios que enfrentamos no presente e aqueles que despontam no horizonte.





## Primeira Mudança

### Restaurar a confiança no multilateralismo

Melhorar a legitimidade e a efetividade através da inclusão e responsabilização

Para ser eficaz, a governança global deve ser mais responsável, inclusiva e interconectada. O relatório recomenda medidas específicas para:

- garantir que “nós, os povos” estejamos representados de uma forma melhor no sistema multilateral através da elevação da igualdade de gênero ao cerne da arquitetura multilateral, da criação de espaços mais significativos para a participação da sociedade civil e do apoio ao desenvolvimento de estruturas de responsabilização que permitam a maior inclusão dos jovens no Escritório da ONU para a Juventude;
- criar instituições, políticas e práticas que representem e levem em consideração as futuras gerações;
- oferecer a cidades, governos subnacionais e atores do setor privado status oficial em processos multilaterais chave; e
- caminhar na direção da tomada de decisões de forma qualificada em assuntos cruciais de interesse coletivo e da aceitação de um código de conduta para processos multilaterais inclusivos.



## Segunda Mudança

### Planeta e pessoas

Recuperar o equilíbrio com a natureza e fornecer energia limpa para todos

A tripla crise planetária está acelerando e se intensificando. Estamos diante de pontos de inflexão irreversíveis que põem em risco o nosso futuro coletivo. Com base nos princípios da responsabilidade comum, mas diferenciada, nosso relatório apresenta uma gama abrangente de medidas para que recuperemos o equilíbrio com o planeta. O relatório propõe:

- uma chamada para concluir um pacto em benefício das pessoas e do planeta com um conjunto ambicioso de metas mensuráveis para lidar com a tripla crise planetária e um meio de manter todos os atores envolvidos responsáveis;
- um pacote de descarbonização para aumentar de forma radical nosso investimento em energias limpas, afastar os incentivos do favorecimento à utilização de combustíveis baseados em carbono e acelerar a transição para uma era pós-combustíveis fósseis;
- um conjunto de reformas na arquitetura mundial de comércio e propriedade intelectual que permita a livre transferência da tecnologia necessária para uma transição ecológica justa e forneça imediatamente capacidades e incentivos aos países em desenvolvimento; e
- a elevação do meio ambiente dentro do sistema multilateral para gerar os recursos, responsabilização e respostas em rede necessárias à mudança global na direção de uma economia circular.



## Terceira Mudança

### Finanças globais

Assegurar recursos financeiros sustentáveis que beneficiem a todos

Nossa capacidade de servir às pessoas e ao planeta, permanecer resilientes diante de crises globais sucessivas e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) depende de mudanças significativas na arquitetura financeira global. Para isso, é preciso começar pelo reconhecimento de que nenhum governo, setor ou instituição poderá suprir de forma isolada os investimentos globais necessários. Aproveitando o ímpeto dos esforços atuais de reforma, o relatório propõe:

- a reorientação do sistema de bancos multilaterais de desenvolvimento para que sejam catalisadores de uma nova geração de investimentos públicos e privados em bens públicos globais;
- o fortalecimento da rede de proteção financeira global para oferecer acesso mais amplo e equitativo a recursos internacionais em tempos de crise, inclusive através da emissão regular de direitos especiais de saque;
- mudanças profundas na governança do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para aumentar sua representatividade e legitimidade;
- o fortalecimento da arquitetura global de empréstimos, inclusive com a criação de uma plataforma para resolução de dívidas, maior transparência e melhores salvaguardas quanto às agências de classificação de risco; e
- o fortalecimento dos arcabouços regulatórios dos fluxos financeiros e reformas nos sistemas tributários globais.



## Quarta Mudança

### Governança digital e de dados

Apoiar uma transição digital justa, que destrave o valor dos dados e ofereça proteção contra ameaças digitais

A transformação digital global pode promover avanços importantes em nosso bem-estar coletivo, mas também representa alguns dos maiores riscos para as aspirações de crescimento seguro e inclusivo e um fim às desigualdades mundiais. O relatório recomenda etapas para apoiar uma transição digital justa, incluindo:

- a criação de uma Comissão Global para a Digitalização Justa e Sustentável;
- a expansão da definição de ameaças à paz e segurança para incluir as danos digitais e o fortalecimento da capacidade de resposta dos poderes judiciários;
- a convergência em torno de princípios de governança de dados através de um Pacto Global sobre Dados;
- a criação de um centro de impacto de dados que permita uma resposta mais rápida a crises globais.



## Quinta Mudança

### Paz e prevenção

Empoderar arranjos de segurança coletiva equitativos e eficazes

Para que o sistema multilateral tenha a capacidade de promover de forma eficaz a paz como um bem público global, ele deve se basear em uma definição de segurança coletiva que reflita as ameaças políticas, econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas que enfrentamos atualmente. O relatório propõe:

- reformas ao Conselho de Segurança da ONU para alinhá-lo aos princípios de legitimidade, equidade e modernização e uma expansão significativa dos mandatos de construção da paz da ONU para abordar uma gama mais ampla de fatores globalmente impulsionadores de conflitos;
- um arcabouço de segurança coletiva entre a ONU e as principais organizações regionais, estabelecendo uma base mais estratégica e realista para os investimentos de larga escala na paz no nível regional;
- uma plataforma de transparência que inclua múltiplas partes interessadas e possa gerar confiança através da avaliação conjunta de ameaças à segurança; e
- um compromisso renovado com a norma global contra o uso de armas nucleares e um compromisso de “não primeiro uso” pelos países detentores de armas nucleares. O relatório defende que se estabeleça um prazo para a eliminação total das armas nucleares, que deve ser traduzido na visão concreta de um mundo sem armas nucleares, e identifica medidas concretas para o fortalecimento e a aceleração do processo de desnuclearização.



## Sexta Mudança

### Ação antecipatória

Fortalecer a governança contra os riscos transnacionais atuais e emergentes

O sistema multilateral atual está ficando para trás em relação às tendências emergentes, que avançam rapidamente, e não é capaz de prever e responder a riscos antes que estes aumentem e fiquem fora de controle. Para se criar um sistema de resposta mais ágil e atento, o relatório propõe:

- passos para ampliar nossa compreensão e resposta aos crescentes riscos de segurança decorrentes das mudanças climáticas;
- um conselho para ameaças pandêmicas globais com uma capacidade independente de monitoramento;
- um acordo global sobre padrões de gestão de riscos biológicos e um processo de consultas científicas comum para armas biológicas;
- um cronograma para o desenvolvimento de uma arquitetura global para o desenho, desenvolvimento e uso de inteligência artificial com base em padrões e abordagens comuns;
- uma formalização acelerada da regulamentação dos sistemas de armas autônomas letais, assim como a proibição do controle não humano de plataformas de lançamento de armas nucleares; e
- uma estratégia global para o crime organizado transnacional que abranja o sistema multilateral como um todo.



# Seis transformações para um futuro mais seguro e sustentável

Quando a Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, um dos propósitos principais era prevenir a agressão militar através do emprego da segurança coletiva com base nos princípios de integridade territorial e soberania. O conceito de segurança coletiva continua tão importante quanto antes, mas o contexto evoluiu significativamente nesses 77 anos. Hoje, entende-se que as ameaças à estabilidade global são mais amplas e diversas do que a agressão militar entre Estados-nações. Além dos riscos relacionados à corrida armamentista contínua e ao confronto militar direto, uma gama de fatores não militares influencia a segurança humana e nosso bem-estar coletivo, como o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas; o progresso desigual e inadequado rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; os choques globais causados pelo impacto das mudanças climáticas e danos ambientais; as crises de saúde globais, como a pandemia; a deficiência na governança e os retrocessos na área de direitos humanos; a interferência estrangeira em assuntos internos dos Estados; mudanças demográficas de larga escala e o movimento de populações; o crime organizado transnacional e os volumosos fluxos financeiros ilícitos; e os choques transformadores introduzidos pelas novas tecnologias. Muitas dessas ameaças têm impacto específico e desproporcional em mulheres e meninas, gerando desafios ainda maiores para sua segurança e proporcionando menos recursos para que possam resistir. Se o objetivo central da ONU em 1945 era prevenir o sofrimento humano em larga escala causado pelas guerras mundiais, hoje seu objetivo deve ser prevenir o sofrimento humano e a instabilidade global causados pelas muitas ameaças acima descritas, que estão inter-relacionadas e afetam nossa segurança coletiva.

Para alcançarmos este objetivo, é necessária uma mudança de paradigma. Se o surgimento da era nuclear nos mostrou os riscos existenciais

advindos da destruição mútua assegurada, o conceito atual de segurança coletiva é o oposto: **a sobrevivência mútua assegurada é o único caminho para a segurança sustentável.** Devemos parar de pensar a partir de uma perspectiva estreita e nacionalista e aceitar que a nossa sobrevivência coletiva depende de investimentos equitativos na paz e no desenvolvimento sustentável como bens públicos. Esta é uma visão da paz positiva, que implica a transferência gradual dos investimentos da área militar para atividades que construirão sociedades mais resilientes e prósperas. Isto significa alcançar um equilíbrio entre as pessoas e o planeta, além de novas abordagens para a economia global que levem ao sustento de todos. Também é necessário aproveitar o potencial do mundo digital, mas com salvaguardas contra os riscos existenciais introduzidos pela evolução tecnológica acelerada.

Pode parecer paradoxal apresentar uma visão como esta quando vivemos um período de intensa competição geopolítica e aumentos drásticos nos gastos militares. No entanto, este Conselho acredita que os riscos crescentes de ruptura e polarização exigem uma nova mentalidade. Entendemos de forma lúcida que a geopolítica de hoje apresenta um risco inaceitável para todos nós. Precisamos cooperar porque a humanidade não pode mais se dar ao luxo de não cooperar.

A Cúpula do Futuro é uma oportunidade excepcional para reafirmarmos e reforçarmos coletivamente o compromisso com um multilateralismo inclusivo e eficaz, e é a única maneira de transformarmos essa visão em realidade. Este é o momento de atuarmos para efetuar seis mudanças inter-relacionadas no sistema multilateral, reposicionando a governança global para enfrentar os desafios de hoje e do futuro.

# Princípios do multilateralismo eficaz

Inspirado em consultas abrangentes, o Conselho identificou princípios-chave que são interligados e devem guiar estas transformações, contribuindo para reconstruir a confiança no sistema multilateral. As recomendações feitas neste relatório se baseiam nestes princípios.

Princípios do multilateralismo eficaz:

- 1. Centrado nas pessoas:** produzindo benefícios tangíveis para as pessoas, respondendo às suas necessidades e refletindo suas prioridades; medindo impactos a partir do ponto de vista das pessoas; empoderando mulheres, meninas e jovens; e reconhecendo de forma sistemática as diversas vozes existentes na sociedade.
- 2. Representativo:** baseando a legitimidade na representação efetiva e no papel claro de todas as partes interessadas no processo decisório; permitindo que maiorias com representação tomem e implementem decisões apesar da oposição de minorias quando necessário para apresentar soluções em assuntos de interesse global.
- 3. Transparente:** criando avaliações comuns e transparentes sobre riscos globais; garantindo o acesso universal a dados e conhecimento públicos para a oferta de bens públicos globais.
- 4. Equitativo:** reconhecendo a existência de responsabilidades comuns, mas diferentes, ao abordar assuntos de interesse global; priorizando comunidades vulneráveis e excluídas historicamente; e respeitar os princípios fundamentais de igualdade de gênero e respeito pelos direitos humanos.
- 5. Em rede:** reunindo inúmeros atores estatais e não estatais para alcançar objetivos; incentivando a exploração e a inovação na resposta a assuntos de interesse global; utilizando recursos, estruturas e conhecimentos existentes para a agregação de esforços; promovendo a competição construtiva; e simplificando o engajamento global e regional.
- 6. Provido de recursos:** gerando fluxos financeiros públicos e privados suficientes para manter, proteger e fornecer bens públicos globais, incluindo recursos planetários chave; disponibilizando tecnologias novas e necessárias; e promovendo a convergência a respeito de regras e normas globais para as pessoas e o planeta.
- 7. Focado na missão:** construindo um entendimento comum sobre as tarefas necessárias para alcançar o sucesso; estabelecendo objetivos claros e mensuráveis com metas significativas para avaliar o progresso; e fornecendo os recursos para implementação e medição das mudanças.
- 8. Flexível:** permitindo que subgrupos de Estados explorem, inovem e implementem novas abordagens para os problemas globais para deliberação e adoção mais amplas.
- 9. Responsável:** adotando regras comuns e vinculantes que não possam ser descumpridas com impunidade por nenhum ator e que sejam reforçadas por organismos e processos empoderados e legítimos; reconhecendo o papel crucial que incentivos, regras e normas têm em conjunto na influência de comportamentos.
- 10. Orientado para o futuro:** respondendo rapidamente às ameaças emergentes e aos novos choques globais ao recorrer a redes de atores para a geração de recursos e a ação oportuna; criando estruturas e processos que possam evoluir e atender às necessidades das gerações futuras.



# Membros do Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz

## **Stefan Löfven**

Co-presidente

Stefan Löfven (Suécia) foi primeiro-ministro da Suécia de 2014 a 2021.

## **Ellen Johnson Sirleaf**

Co-presidente

Ellen Johnson Sirleaf (Libéria) foi presidente da Libéria de 2006 a 2018 e a primeira mulher a ser eleita democraticamente como chefe de estado de um país africano.

## **Xu Bu**

Xu Bu (China) é presidente do Instituto Chinês de Estudos Internacionais.

## **Poonam Ghimire**

Poonam Ghimire (Nepal) é ativista climático e Next Generation Fellow (2021) da Fundação das Nações Unidas.

## **Jayati Ghosh**

Jayati Ghosh (Índia) é professor da Universidade de Massachusetts em Amherst.

## **Donald Kaberuka**

Donald Kaberuka (Ruanda) é presidente e sócio-executivo da SouthBridge, uma firma pan-africana de consultoria financeira e investimento.

## **Azza Karam**

Azza Karam (Egito) é secretária-geral da Religions for Peace, uma plataforma de lideranças multi religiosas.

## **Nanjala Nyabola**

Nanjala Nyabola (Quênia) é escritora e pesquisadora baseada em Nairóbi, Quênia.

## **Tharman Shanmugaratnam**

Tharman Shanmugaratnam (Singapura) é ministro sênior do governo de Singapura.

## **Anne-Marie Slaughter**

Anne-Marie Slaughter (Estados Unidos) é CEO da New America.

## **Ilona Szabó**

Ilona Szabó de Carvalho (Brasil) é fundadora e presidente do Instituto Igarapé.

## **Danilo Türk**

Danilo Türk (Eslovênia) foi presidente da Eslovênia de 2007 a 2012 e atualmente é presidente do Clube de Madrid.

